

HABEAS CORPUS Nº 493.870 - DF (2019/0046002-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : IVANDERSON DA SILVA ALBUQUERQUE E OUTRO
ADVOGADOS : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE - DF049773
IVANDERSON DA SILVA ALBUQUERQUE - DF059045
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITORIOS
PACIENTE : FLAVIA REGINA COSTA E SILVA (PRESO)

DECISÃO

FLAVIA REGINA COSTA E SILVA alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** no Habeas Corpus n. 0702263-31.2019.8.07.0000.

Narram os impetrantes que, no dia 16/1/2019, foi decretada a prisão temporária, pelo prazo de 30 dias, em desfavor de Flávia Regina Costa e Silva e do investigado Hebert Garcia Melo – por haver fundados indícios de que eles, supostamente, estariam envolvidos no crime de homicídio perpetrado contra Lucas Carvalho da Silva. A decisão foi cumprida em 7/2/2019, data em que a paciente foi conduzida à Delegacia de Polícia para ser interrogada.

Alegam, em síntese, não estarem presentes os requisitos da prisão temporária previstos na Lei n. 7.960/1989, notadamente porque o prazo fixado pelo Magistrado *a quo* para a medida constritiva da liberdade (30 dias) não foi devidamente fundamentado.

Os impetrantes ressaltam que **a finalidade da prisão temporária já foi atingida**, porquanto a paciente já prestou depoimento perante a autoridade policial, ocasião em que, por se sentir segura na presença da autoridade policial, relatou os fatos, sem omissões, as coações que vinha sofrendo por parte de seu ex-namorado (também investigado, Herbert) para não apresentar a correta versão do fato. Dessa forma, conclui que a versão da paciente já foi colhida na fase policial e, portanto, não há motivos para a segregação perdurar por 30 dias.

Por fim, informam que a paciente possui uma filha de 11 anos e que, portanto, deve ser aplicado o entendimento exarado no HC coletivo n. 143.641 do STF.

Pugnam, liminarmente, pela superação da Súmula n. 691 do STF, para que seja concedida a imediata soltura da paciente. No mérito, buscam a revogação da prisão temporária ou a sua conversão em prisão domiciliar.

Decido.

I. Súmula n. 691 do STF

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, “c”), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema

de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

Os **danos** decorrentes da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcançam, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência**. É que, dadas as limitações estruturais e funcionais de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – despendem-se recursos humanos e o tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de julgamento pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias consequências: (a) **retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça**.

II. Impossibilidade de mitigar a Súmula n. 691 do STF

O Desembargador do *writ* originário, ao indeferir a liminar, consignou que (fl. 37):

Consigne-se, inicialmente, que o deferimento de liminar em “habeas corpus” é medida excepcional, reservada para

caso em que se evidencia, de modo flagrante, coação ilegal ou abuso de poder, em detrimento do direito de liberdade do paciente, exigindo-se a demonstração inequívoca e concomitante do “*periculum in mora*” e do “*fumus boni iuris*”, o que não ocorreu na espécie.

A eminente autoridade judiciária decretou a prisão temporária da paciente (ID7273446), acolhendo à representação formulada pela autoridade policial e chancelada pelo Ministério Público, apontando, inicialmente, estarem preenchidos os requisitos da Lei 7.960/89, pois: a prisão se mostrava indispensável para as investigações do inquérito policial (art. 1º, inciso I); e existiriam fundadas razões de autoria ou participação da paciente no crime de homicídio doloso qualificado (art. 1º, inciso III, alínea, “a”), conforme relatos de diversas testemunhas, denúncias anônimas e relatório de análise de quebra de dados telefônicos, com minucioso e detalhado relatório policial, a evidenciar o *fumus commissi delicti*.

Prosseguindo, a eminente autoridade judicial afirmou estar presente também o *periculum libertatis* fundamentando ser indispensável a prisão da paciente (e de Herbert) para viabilizar o sucesso das investigações, pois, segundo apurado nas interceptações telefônicas, os dois estariam dizendo que quando fossem chamados a deporem na Delegacia, e a paciente (Flávia) estaria demonstrando demonstrando temor da reação de Herbert caso apresentasse sua versão no crime.

Além disso, a autoridade judicial motivou a prisão, ainda, no fato de ambos estarem dificultando as investigações, pois teriam noticiado à delegacia outras ocorrências, com o fito de ludibriar as investigações; e desconfiaram que as conversas travadas entre eles estavam sendo alvo de interceptações telefônicas.

Acrescentou o Julgador, outrossim, que se trata de delito grave, com circunstâncias singulares e complexas, por contar com o envolvimento de diversas pessoas (um mandante, um executor e, possivelmente, mais dois participantes), e prejudicaria a delimitação da conduta de cada um deles se previamente combinassem suas versões.

Nesse contexto, visto que a finalidade da prisão temporária não seria, exclusivamente, obter o depoimento da paciente, em sede de cognição sumária, não se verifica, por ora, manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência, uma vez que o constrangimento não se revela de plano,

impondo uma análise mais detalhada dos elementos de convicção trazidos aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento do mérito.

Em relação ao pedido de prisão domiciliar, conforme decisão exarada pela Suprema Corte no “Habeas Corpus” n. 143.641/SP, não há notícia de que tenha sido formulado perante o Juízo “a quo”, sendo vedado seu exame, sob pena de supressão de instância.

ISTO POSTO, indefiro a liminar pleiteada.

Com efeito, observo que o Magistrado de origem, ao decretar a prisão temporária, considerou existirem fundadas razões de que os investigados possam ter praticado/participado de **homicídio duplamente qualificado**, com base nas "declarações de diversas testemunhas juntadas ao presente expediente, das denúncias anônimas, do relatório de análise de quebra de dados telefônicos bem como no minucioso e detalhado relatório policial, juntado às fls. 99/107" (fl. 33). Ademais, entendeu ser a prisão temporária imprescindível para o completo deslinde da causa, porquanto (fls. 33-35):

Quanto ao *periculum libertatis* (imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações), as alegações apresentadas pela Autoridade Policial e chanceladas pelo Ministério Público revelam que a submissão dos suspeitos à prisão, a ser realizado segundo as formalidades legais, é imperiosa para conferir maior sucesso das investigações. Com efeito, segundo apurado na interceptação telefônica dos envolvidos, HERBERT e FLÁVIA REGINA deixam a entender que iriam combinar previamente versões quando chamados a deporem na Delegacia, conforme consta no relatório de investigação à fl. 105. Ademais, a suspeita FLÁVIA REGINA demonstra temor do que o suspeito HERBERT possa fazer se ela contar sua versão do crime. Além disso os representados noticiaram à Delegacia outras ocorrências, com o fito de ludibriar as investigações como relatado por HERBERT a sua genitora, conforme fl. 103. Por fim, os suspeitos demonstram que desconfiam que as conversas travadas entre eles estariam sendo alvo de uma interceptação telefônica, conforme fl. 105, fatos estes que estão prejudicando sobremaneira a investigação que visa, na medida do possível, individualizar a suposta e possível participação, ou não, de cada um no grave fato em apuração, até para não submeter, a posteriori, uma pessoa inocente aos efeitos deletérios de uma perseguição

criminal em Juízo, mas, ao mesmo tempo, também não se deixar impune uma possível participação em fato tão grave como este ora apurado.

Frise-se que a prisão temporária, tal qual pleiteada pela Autoridade Policial e chancelada pelo *Parquet*, mostra-se imprescindível à finalidade pretendida no presente caso em razão da singularidade e complexidade das circunstâncias que cercam o presente caso. Veja-se que se trata de fato envolvendo várias pessoas (um mandante e um executor e possivelmente o envolvimento de mais duas pessoas na participação do crime apurado), em que a realização da delimitação da conduta se mostraria frustrada ou, no mínimo, prejudicada, caso algum deles, previamente, combinassem versões - como aparentemente estão tentando fazer conforme demonstraram na conversa interceptada entre HERBERT e FLÁVIA REGINA - fator este que só viria para embarçar ainda mais a já árdua tarefa de tentar individualizar a possível - mero juízo de probabilidade - participação de cada um deles no evento delitivo ora investigado.

Por fim, segundo afirmado também pela Polícia Judiciária, há notícias de que a suspeita FLÁVIA REGINA estaria com temor em apontar possível envolvimento do suspeito HERBERT no crime (fl. 104), bem como a filha de FLÁVIA REGINA (Mirela Hidercal Costa Alvernaz) disse em seu depoimento "QUE o HERBERT disse que se for preso, quando tiver de saidão ou qualquer coisa ele mata minha mãe; QUE ele disse que se minha mãe entregar ele, o HERBERT disse que vai dizer para o Juiz que minha mãe que mandou" (fl. 199), circunstância que também dificulta as investigações e torna imperiosa a medida ora requerida.

Deste modo, uma vez que a segregação temporária dos representados mostra-se imprescindível para a regular apuração delitiva e completo deslinde da causa, justificado está o deferimento da medida também com fulcro no art. 1º, inciso I, da Lei 7.960/89.

Com efeito, "O art. 1º da Lei n. 7.960/1989 evidencia que o objetivo primordial da prisão temporária é o de acautelar o inquérito policial, procedimento administrativo voltado a esclarecer o fato criminoso, a reunir meios informativos que possam habilitar o titular da ação penal a formar sua *opinio delicti* e, por outra angulação, a servir de lastro à acusação. (HC n. 400.390/SP, Rel. Ministro Rogerio Schietti, 6ª T., DJe 6/6/2018)

Dessa forma, *a priori*, o Juiz de Direito apresentou fundamentação concreta, sob as balizas do art. 1º da Lei n. 7.960/1989. Ademais, a realização da oitiva da paciente na delegacia de polícia, a princípio, não elide a imprescindibilidade da prisão temporária fixada dentro do prazo previsto em lei **para os casos de crimes hediondos** (30 dias), porquanto poderá a autoridade policial, caso entenda necessário, ouvir a investigada novamente, ou até mesmo submeter os investigados à acareação, em busca da apuração da verdade real.

Diante de tais considerações, não exsurge dos autos, de maneira evidente, flagrante ilegalidade ou qualquer mácula no *decisum* monocrático que justifique a intervenção imediata e prematura deste Superior Tribunal. Consequentemente, não há razões para superar o óbice contido na Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal.

III. Dispositivo

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus**, com base na Súmula n. 691 do STF e no art. 210 do RISTJ.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**